

CORPO, CARNAVAL E RUA: A PERFORMANCE QUEER NO BLOCO DA LAJE E O DIREITO À CIDADE.

Andressa Mueller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR - UFRGS) | dessa.mueller@gmail.com

Paulo E. B. Reyes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR - UFRGS) | paulo.reyes@ufrgs.br

Bruno C. E. Mello

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU - UFRGS) | brunocesaremello@ufrgs.br

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade.

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma dissertação de mestrado que explora a relação entre gênero e o direito à cidade, concentrando-se na manifestação dessa relação através da performance durante o carnaval de rua. Partindo da premissa de que a estética queer está associada a posicionamentos político-culturais não-normativos durante o Carnaval, este estudo teve como objetivo investigar a ocorrência de uma reivindicação do direito à cidade nos desfiles do Bloco da Laje, um coletivo artístico de Porto Alegre - RS. Observou-se as atividades relacionadas ao cortejo do Carnaval de 2023 do Bloco da Laje, analisando seus discursos e performances que refletem posicionamentos político-culturais não normativos por meio de suas expressões artísticas, lúdicas e intelectuais, bem como a percepção do público em relação a essas manifestações. A metodologia de pesquisa se deu por meio de entrevistas e observações de campo, resultantes da experiência de observação participante da autora.

Palavras-chave: direito à cidade; performance; corpo; gênero; Carnaval.

BODY, CARNIVAL AND STREET: QUEER PERFORMANCE AND THE RIGHT TO THE CITY IN BLOCO DA LAJE.

Abstract: *This article presents the results of a master's dissertation exploring the relationship between gender and the right to the city, focusing on how this relationship manifests through performance during street Carnival. Based on the premise that queer aesthetics are associated with non-normative political-cultural stances during Carnival, this study aimed to investigate claims to the right to the city as observed in the parades of Bloco da Laje, an artistic collective from Porto Alegre, RS, Brazil. The activities related to the 2023 Carnival procession of Bloco da Laje were analyzed, examining their discourses and performances that reflect non-normative political-cultural stances through artistic, playful, and intellectual expressions, as well as the public's perception of these manifestations. The research methodology involved interviews and field observations, derived from the author's participant observation experience.*

Keywords: *right to the city; performance; body; gender; Carnival.*

CUERPO, CARNAVAL Y CALLE: PERFORMANCE QUEER Y DERECHO A LA CIUDAD EN BLOCO DA LAJE.

Resumen: *Este artículo presenta los resultados de una tesis de maestría que explora la relación entre género y el derecho a la ciudad, centrándose en cómo esta relación se manifiesta a través de la performance durante el Carnaval de calle. Partiendo de la premisa de que la estética queer está asociada con posturas político-culturales no normativas durante el Carnaval, este estudio tuvo como objetivo investigar la reivindicación del derecho a la ciudad en los desfiles del Bloco da Laje, un colectivo artístico de Porto Alegre, RS, Brasil. Se observaron las actividades relacionadas con el cortejo del Carnaval de 2023 del Bloco da Laje, analizando sus discursos y performances que reflejan posturas político-culturales no normativas a través de sus expresiones artísticas, lúdicas e intelectuales, así como la percepción del público respecto a estas manifestaciones. La metodología de investigación se basó en entrevistas y observaciones de campo, resultado de la experiencia de observación participante de la autora.*

Palabras clave: *derecho a la ciudad; performance; cuerpo; género; Carnaval.*

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é de apresentar os resultados de uma dissertação de mestrado cujo tema é a relação entre identidade de gênero — mais especificamente as identidades LGBTQIAPN+ — e a apropriação do espaço público como manifestação do direito à cidade. Essa dissertação foi realizada na linha de pesquisa Cidade Cultura e Política, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em diálogo com as pesquisas em andamento no âmbito do Grupo de Pesquisa CNPq *POIESE - Laboratório de Política e Estética Urbanas*. A motivação principal do trabalho veio a partir de um impulso por apreender novas formas de pensar e de viver o meio urbano, mobilizado pelas vivências carnavalescas na cidade. Percebeu-se algo do urbano que se relaciona aos modos e as práticas na aproximação entre arte e cidade, onde uma certa sensibilidade se faz força motriz de transformação do cotidiano, especialmente no âmbito das discussões sobre gênero e sexualidade.

Assim, essa pesquisa nasce a partir de um senso intuitivo de que há uma potência transformadora na cidade quando os indivíduos se encontram e se reconhecem no desregramento do Carnaval de rua. Foi a partir dessas vivências lúdicas no espaço público, em seus momentos de festa e de libertinagem, que se percebeu algo que desestabiliza as normas formais da cidade, seja no sentido do uso do e das práticas no espaço, quanto no sentido dos discursos políticos. Os significados implícitos, que são carregados por uma multidão de indivíduos na rua, denunciam a efemeridade dos aspectos do cotidiano e criam um espaço - tempo de acolhimento das alteridades, onde é possível, mesmo que por um breve momento, torcer algumas das normas que regulamentam e oprimem corpos, individualidades e os diversos modos de existir. É por esse contexto que ponderamos sobre as dinâmicas de gênero e de sexualidade na cidade. De modo que, a intenção dessa pesquisa foi de explorar as relações entre cidade e gênero, pensando na cidade não apenas em seu aspecto visível, mas como uma construção ideológica que orienta a produção do espaço e a territorialização dos corpos.

O espaço constituído através do corpo é o espaço do sensível. De modo que este, ao se engajar politicamente com o urbano, constitui diferentes plasticidades e estéticas que orientam e produzem outras práticas e outras existências. Nesse sentido, existe grande potencial em abordar essa discussão através das lentes do direito à cidade - um conceito que pode ser entendido como uma síntese da reivindicação das necessidades do corpo que habita o espaço urbano. A noção de direito à cidade é tomada como um norte para a *praxis* e a ação social, como um horizonte que viabiliza simultaneamente a transformação da cidade e da sociedade, através da produção de um espaço diferenciado pelas práticas espaciais no cotidiano.

Assim, compreende-se o Carnaval como algo que vai além de uma experiência lúdica, mas como uma produção urbana, que é ao mesmo tempo cultural, artística e política. O Carnaval é um espaço de desvio, de transformação do território formal da cidade para um espaço de

euforia e de desregramento. É uma potência urbana que contém valor político e estético, reivindicando o espaço da rua como espaço de pertencimento dos mais diversos corpos, através da performance. É por meio da performance, que é a linguagem do corpo, que esse se expressa politicamente, não apenas através de linguagem vocal ou escrita, mas na sua própria presença.

É dessa maneira que o espaço de torção das normas se torna algo fundamental na expressão do direito à cidade, de modo que se faz necessário trazer as discussões sobre a cidade, a diversidade e a heterogeneidade das dinâmicas urbanas, compreendendo a performance como um instrumento valioso de análise, capaz de abrir brechas na racionalidade estabelecida do espaço público. A relevância dessa discussão é evidenciada pela multiplicação de manifestações estéticas e culturais contemporâneas que abordam a temática de gênero na realidade urbana, assimilada também nos campos da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano. Por essas razões, se propôs olhar para o carnaval de rua, na tentativa de compreender se a apropriação do espaço público pelos corpos brincantes LGBTQIAPN+ se expressa como uma manifestação pelo direito à cidade.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Tendo introduzido o problema de pesquisa que se expressa neste artigo, seguimos apresentando brevemente os processos metodológicos utilizados na realização da mesma. Objetivo principal da pesquisa foi de investigar se o aparecimento dos corpos brincantes LGBTQIAPN+ no Carnaval de rua de Porto Alegre se manifestam como uma reivindicação do direito à cidade. Tendo em vista que refletir sobre o Carnaval no Brasil é uma tarefa de tão ampla abrangência, a pesquisa acabou se atendo apenas ao carnaval de rua do Bloco da Laje, na cidade de Porto Alegre - RS, no âmbito dos elementos que se identificam nas relações LGBTQIAPN+ com o espaço urbano, mais especificamente, em suas atividades realizadas entre os anos de 2022 e 2023, nos eventos relacionados ao "Carnaval da Revanche", o evento promovido pelo coletivo para o Carnaval de rua de 2023 da cidade de Porto Alegre - RS.

Essa pesquisa se caracterizou como um estudo de caso, adotando a observação-participante como método de obtenção de dados. A coleta das informações ocorreu através dos seguintes procedimentos metodológicos: a) Entrevista semiestruturada; b) Observação e participação em campo. Por razões de limites do formato deste artigo seria muito difícil apresentar na íntegra as entrevistas realizadas e as descrições da etapa de campo. No entanto, tais documentos podem ser apreciados em sua integridade na pesquisa publicada, que aqui está referenciada no final do artigo.

Estabelecido o método da pesquisa, esta foi estruturada em quatro capítulos, que se dão de maneira que cada capítulo aborda pela teoria um conceito fundamental do trabalho e dialoga com as entrevistas realizadas e as percepções e registros provenientes da participação em campo da pesquisadora. O primeiro capítulo abordou a questão do direito à cidade como um importante conceito para pensar o espaço urbano de um ponto de vista político. O segundo,

versou sobre o Carnaval como manifestação popular e espaço de desvio e de transformação do território urbano. O terceiro capítulo tratou de questões da expressão do corpo em meio ao campo político através da performance, de modo indissociável da ação política. Por fim, o quarto capítulo abordou o papel da estética enquanto elemento importante de constituição do carnaval de rua e das identidades LGBTQIAPN+, explorando suas interconexões e suas derivações com a teoria *queer*.

Após a apresentação do *corpus* de pesquisa, elaborou-se de maneira resumida neste texto as discussões e reflexões realizadas originalmente na dissertação. Importante notar que não se pretende dar conta — no limite destas páginas — de toda a discussão realizada, assim como não seria possível incluímos toda as observações de campo e autoria das entrevistas.

CORPUS DE PESQUISA

Com o propósito da pesquisa em mente, optou-se por trabalhar como *corpus* de pesquisa as atividades e eventos realizados por um bloco de Carnaval de rua tradicional da cidade de Porto Alegre, o Bloco da Laje. Popularmente conhecido como “A Laje”, este é atualmente o coletivo mais proeminente em número de participantes, infraestrutura de eventos e presença nas mídias da capital gaúcha. O Bloco da Laje faz parte de um fenômeno observável durante a última década na cidade de Porto Alegre, que é o renascimento da efervescência dos blocos de Carnaval de rua na cidade. Inserida em uma recente valorização do Carnaval, esses grupos vêm pautando discussões relevantes em relação à assédio sexual, preconceito cultural e religioso, racismo, homofobia e transfobia, reflexos de uma abertura social em relação às pautas progressistas.

O Bloco da Laje é um coletivo artístico, grupo musical e bloco de Carnaval criado em 2011, na cidade de Porto Alegre - RS. O termo “Laje” possui um duplo significado: a primeira referência está relacionada ao modelo de arquitetura popular presente em edificações de comunidades periféricas; a segunda, alude a uma gíria gaúcha que confere à laje um aspecto despojado, engraçado e desinibido. O Bloco da Laje surgiu a partir de coletivos teatrais de Porto Alegre, sendo concebido como um bloco carnavalesco voltado para o encontro e a ocupação das ruas, movimentando-se de maneira lúdica e espontânea, como uma forma de resgate da cultura dos antigos carnavais de rua (Conceição, Icle e Alcântara, 2019).

A cada ano, o número de brincantes e espectadores se multiplica, sendo que em sua primeira saída pública, estiveram presentes por volta de 2 mil pessoas (Conceição, 2019, p.30), e chegando à marca de 20 mil pessoas na sua saída do ano de 2020 (Jornal Do Comércio, 2020), antes do coletivo pausar suas atividades presenciais temporariamente devido a pandemia de Covid-19. Sendo que durante o desenvolvimento desta pesquisa, a saída do Bloco da Laje no ano de 2023 reuniu cerca de 30 mil pessoas (Bloco da Laje, 2023). Este crescimento permitiu ao coletivo desenvolver um trabalho particular de fusão da música com a teatralidade, experienciada pelos brincantes, criando jogos e dinâmicas corporais que dialogam com os

espectadores e com a cidade, transformando a experiência coletiva em uma grande performance urbana (Conceição, 2019, p.33).

Seja na musicalidade, que engendra múltiplas complexidades e codificações, seja na própria estrutura estética de um bloco carnavalesco, os pressupostos e origens do Bloco da Laje descendem principalmente da cultura de matriz africana (Conceição, 2019, p.24), mas também evocam a cultura e a identidade LGBTQIAPN+, que agem diretamente na sua construção, alimentando o seu imaginário e carregando simbolismos que tomam parte na performance carnavalesca do Bloco. Ele surge através dessa efervescência cultural e nela reforça seus anseios comuns, reivindicando o direito de se brincar na rua e tornando esse mesmo ato uma fonte de enunciação das mais diversas narrativas, o que confere ao presente a conexão com o imaginário das raízes culturais da festa carnavalesca no contexto brasileiro (Conceição, 2019, p.26).

O Bloco da Laje realizou seu primeiro cortejo nas ruas do bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, no dia 12 de fevereiro de 2012, apenas com alguns poucos instrumentos de percussão, de sopro e a presença dos brincantes, que portavam estandarte e fantasias nas cores primárias — azul, vermelho e amarelo —, as cores símbolo do coletivo. Na sua composição artística variadas linguagens se fundem, como o teatro, a música e a dança, onde a figura do brincante se torna o agente desses elementos. Tal figura é atribuída ao indivíduo que brinca de forma intencional no bloco, mediante sua própria experiência, onde a expressão artística proposta pelo brincante é também atravessada por uma dimensão política e performática. Sendo o corpo o lócus da prática de uma desobediência corporal, sistemática e, portanto, uma prática política contestadora (Conceição, 2019, p.28).

O ato de brincar, no Bloco da Laje acarreta uma relação de troca entre os indivíduos e confere uma consciência comprometida consigo e com a coletividade, que se manifesta através da estética gerada pelo cruzamento dos corpos brincantes (Conceição, 2019, p.28). Esse compromisso coletivo engaja os corpos, de maneira que todos cantam as músicas para que estas sejam ouvidas, e todos ficam atentos às coordenadas do líder que toma a frente do bloco. Nos cortejos do Bloco da Laje todos possuem seu papel-corpo e sua função a desempenhar durante a performance, construindo uma lógica de criação e manutenção da obra a ser criada, onde a noção de coletividade é o eixo principal para a condução e criação do Bloco (Conceição, Icle, Alcântara, 2019).

Mas talvez o mais singular das ações do Bloco da Laje, seja a possibilidade de uma organização coletiva e de um processo de criação aberto, em que os papéis são ocupados por diferentes indivíduos, concomitantemente, dando espaço ao diálogo e possibilitando a construção da obra em arranjos democráticos. Essa característica atribui à organização e ao processo de criação a possibilidade de experimentar papéis, tornando o processo um campo de autonomia, produzindo um espaço que acolhe, troca e cruza diferentes saberes e lugares de fala (Conceição, 2019, p.32). A brincadeira assume *status* de diversão, mas, também, de

variados sentidos que correspondem aos embates políticos na cidade, onde brincar o Carnaval é resistir aos poderes instituídos da normatividade (Conceição, Icle, Alcântara, 2019).

Essa particular interação da coletividade com o espaço urbano desestabiliza as regras dominantes pelas quais a cidade opera, abrindo frestas que dão vazão a outras identidades e a novas maneiras de ser, estar e de criar no mundo urbano, instituindo uma estética própria e fundamentada no discurso político. De modo que, podemos encarar a retomada de celebrações populares, públicas e coletivas como possibilidade de instigar novos modos de nos relacionarmos com os indivíduos, com a cidade e com a coletividade, criando contrapontos às relações sócio hierárquicas e normativas do cotidiano.

CORPO, CARNAVAL E RUA.

Nunca vou esquecer aquela tarde, quando o Viaduto dos Açorianos tremeu. Éramos um povo sem fim, todos pulando e dançando em cima daquele monumento de concreto armado, sentindo-o tremer, sentindo-o se mover com a gente para cima e para baixo. Que engraçado e maravilhoso pensar que é possível fazer um viaduto dançar (Mueller, 2023, p.45).



Figura 1: carnaval de rua. Saída Oficial do Bloco da Laje, janeiro de 2023. Fotografia da autora.

A FESTA ENQUANTO MANIFESTAÇÃO ESTÉTICA, TAMBÉM SE FAZ POLÍTICA.

A disposição estética, em suas manifestações tanto artísticas quanto cotidianas, é o principal elemento constitutivo das distinções sociais, afirma Pierre Bourdieu. Para ele (2008, p.164), é a partir dos critérios de classificação social ligados aos julgamentos de gostos e preferências tidos como legítimos que são construídas todas as formas de legitimação das desigualdades sociais. Essas disposições ligadas tipicamente às classes dominantes são percebidas como disposições universais e servem de medida para a orientação do comportamento para todas as outras classes sociais. Podemos pensar também que a estética também acaba por ser o marcador principal que denuncia aqueles desviantes das normas de sexualidade e de gênero. Seja pelo jeito, pelo gesto ou pela expressão de uma individualidade e de sensibilidade subjetivas, a percepção estética atua como um canal de comunicação entre o *eu* e o *outro*, muito antes que este possa-o fazer através de sua própria fala.

Mas se a estética pode confirmar identidades sociais, ela também pode ser pensada como um modo de produzir um ruído nessa partilha tão definitiva. É nesse sentido, seguindo na esteira de Jacques Rancière, que acreditamos numa leitura estética — que é sempre política — para pensar o problema aqui exposto. No âmbito urbano, as grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico tendem a se reproduzir nos espíritos, enquanto categorias de percepção e de apreciação. Vinculada ao fazer artístico, a estética embaralha a partilha das identidades, atividades e espaço, comprometendo-se como um regime de política de indeterminação das identidades, de deslegitimação das posições da palavra e de desregulação das partilhas de espaço e de tempo (Rancière, 2005, p.26). É a partir da leitura de Rancière sobre estética que nos propomos a pensar a possibilidade de embaralho das partilhas do sensível nas festas populares. Nesse entendimento, a festa atua como um campo amplo não apenas de polissemia social, mas também de experimentações das mais diversas identidades e produção de subjetividades.

É possível compreender a festa enquanto um momento de quebra do cotidiano, onde se cria possibilidades para os mais diferentes encontros acontecerem. Quanto mais possibilidades de encontro circulam nela, mais politicamente carregada ela se torna. Mas a festa, em suas mais diversas formas, símbolos e expressões, não é homogênea. Há conflito e disputa sobre quais possibilidades devem prevalecer sobre as outras. Especialmente quando nos propomos a refletir sobre a festa em seu formato público, no espaço da rua. Há conflitos de classe, raça, gênero e de expressão sexual que se dão nas tramas sociais entre o tempo e o espaço da festa, assim como naquilo que circula no entorno dela.

Segundo Canuto (2017), a festa não é apenas uma reprodução do *status quo*, mas uma imagem do que podem vir a ser outros mundos e outros modos de vida que não apenas aqueles baseados no produtivismo. Ela aparece como uma operação propositiva e transformadora, de criação e de produção de subjetividades coletivas, possuindo uma lógica econômico-política própria, com contornos sociais performáticos e com rupturas na rotina cotidiana. No caso do Carnaval — talvez a maior das festas populares brasileiras —, o andar

dos blocos configura um fluxo aberto, imprevisível, desviante, entrecortado por encontros e movimentações que podem ser pensados como recorrências de deslocamentos errantes. Essa ideia de ocupar a rua de forma proposital e performática, traz em si a preciosidade de um acontecimento efêmero que ressignifica lugares e posições sociais, onde o cortejo imprime às ruas, praças e largos uma vitalidade passageira de caráter não-cotidiano (Coelho, 2020, p.177).

Puxada por um cordão material e musical, no ato do pulo, os meus pés saiam do chão e, num instante, depois já não pousavam no mesmo lugar. Um corpo desconhecido grudado ao meu, me deslocava de minha inércia, que por conseguinte, deslocava de seu lugar um outro corpo desconhecido. Tudo no breve instante que leva aos pés chegarem ao solo. A força que já parecia inexistente, voltava aos meus joelhos e impulsionava o meu corpo do solo novamente, repetindo a dança. Sou levada, como a deriva nas ondas, por todos os cantos daquela pista. Coletando partículas multicoloridas de purpura alheia com o suor dos meus braços, ombros e peito, *suvenires* que eu só descobriria no dia seguinte (Mueller, 2023, p.82).

O Carnaval se apresenta como a festa que quer “destruir” todas as regras, promovendo a combinação de representantes simbólicos de campos antagônicos e contraditórios e, como consequência, a fantasia cria um campo de encontro e de polissemia social. É justamente nessas diferenças e incompatibilidades de papéis existentes que o Carnaval ganha o sentido da conjunção, da licença para o humor, exagero e para a metáfora. Para Roberto DaMatta (1997, p.111), o mundo dos personagens do Carnaval é “o mundo da periferia, do passado e das fronteiras da sociedade brasileira. Seu foco é o ilícito, o que está completamente fora do sistema, ou o que está nos interstícios desse sistema”. Essa é uma celebração em que populações marginalizadas, mediante a inversão de papéis e o desregramento podem temporariamente infundir valores igualitários em uma sociedade hierárquica e rigidamente estruturada.

No carnaval de rua, aqueles que seguem os blocos são chamados de brincantes e essa é a premissa do Bloco da Laje. O coletivo tem como intenção colocar o Carnaval dentro do espectro da experiência política de reivindicação dos espaços da cidade por meio da festa, onde brincar se torna uma forma de apropriação da cidade. O ato de brincar, no Bloco da Laje acarreta uma relação de troca entre os indivíduos e confere uma consciência comprometida consigo e com a coletividade, que se manifesta através da estética gerada pelo cruzamento dos corpos brincantes (CONCEIÇÃO, 2019, p.28). O artista do coletivo conhecido como Chico Macalão, diz o seguinte sobre o propósito do Bloco da Laje:

É uma retomada de um Carnaval mais teatral, um Carnaval mais de olho no olho, com as pessoas se divertindo, se sentindo pertencentes ao lugar. O Bloco tem essa ideia desde o início, dessa coisa das pessoas se encontrarem em um espaço de convívio. Tem essa essência da brincadeira e de o quanto essa brincadeira é revolucionária (MACALÃO, 2023).

É nesse encontro das alteridades, promovido pelo Carnaval, que se vivencia uma sensibilidade singular do espaço urbano. Há poucas experiências de sociabilidade tão únicas quanto a do indivíduo que se funde, se perde e se encontra em um mar de seres coletivos, como em uma

massa corpórea única. A coletividade, instaurada pela experiência em curso, atua como uma grande assimiladora do espaço democrático, tornando-o seu o território urbano ocupado. O que se vê na ocupação do espaço urbano pelos corpos em festa é a criação de um território sensível compartilhado, formado por inúmeras subjetividades individuais, impossível de ser reproduzido ou recriado se não através do espaço da rua.

QUANDO A PERFORMANCE POLÍTICO-ARTÍSTICA E A PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO SE ATRAVESSAM.

A política, a arte e as manifestações culturais, tanto quanto os saberes, constroem rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer. De maneira que, os enunciados políticos ou estéticos fazem efeito no real, definem modelos de palavra, de ação e de intensidade do sensível (Rancière, 2005, p.54). A investigação teórica sobre a performance enquanto instrumento de resistência ou de transformação posiciona a função política da performance, articulada principalmente por grupos culturais marginais. De modo que podemos pensar a performance produzida nas ações carnavalescas como constituidoras de um outro dizer-cidade, tensionando um *status quo* hegemônico.

O termo performance é de difícil delineamento, devido a seus múltiplos usos e significados. É importante ter em mente que o conceito de performance é instrumentalizado de maneira diferente para referir-se a condições e experiências diversas do corpo. Num âmbito legal-jurídico, performance pode ser compreendida como o ato pelo qual o discurso se faz valer por lei ao ser proferido pela instituição que detém o poder. Ao mesmo tempo, num sentido político, performance também pode ser a ação do corpo que questiona e persiste frente a um poder hegemônico, principalmente quando consideramos manifestações sociais e protestos. Em outro nível, a performance também é artística, através da expressão e produção do artista, partindo de seu próprio corpo enquanto instrumento da obra.

A performance funciona como um ato vital de transferência, transmitindo conhecimento social, memória e um senso de identidade por meio de ações repetidas. No campo da arte, performance refere-se geralmente à uma ação plástico-poética, associada ao gesto e ao corpo. Num outro nível, a performance também constitui uma lente metodológica que nos permite analisar uma série de eventos: comportamentos de sujeição civil, de resistência, de cidadania, de gênero, de etnia e de identidade sexual, que são ensaiados e reproduzidos diariamente na esfera pública. Sendo uma prática incorporada, em conjunto com outros discursos culturais, a performance oferece uma certa forma de conhecimento, o que sugere que essa também possa ser compreendida como uma epistemologia (Taylor, 2003).

Os diversos usos da palavra performance apontam para camadas de referencialidade complexas, aparentemente contraditórias e, por vezes, mutuamente sustentadas, onde as noções sobre o seu papel e a sua função variam amplamente. Os teóricos da filosofia e da retórica — como J. L. Austin, Jacques Derrida e Judith Butler — desenvolveram termos como

performativo e performatividade. Um ato performativo, para Austin, refere-se a situações em que a emissão do enunciado implica a realização de uma ação. Já Derrida, por exemplo, sublinha a importância da citacionalidade e da iterabilidade no *evento de fala*. No entanto, o quadro em que se baseia o uso da performatividade por Judith Butler — o processo de socialização pelo qual o gênero e a identidade sexual são produzidos através de práticas reguladoras — é difícil de identificar porque o processo de normalização o tornou invisível. Enquanto em Austin o performativo aponta para a linguagem que faz, em Butler ele subordina a subjetividade e a ação cultural à prática discursiva normativa (Taylor, 2003).

Para Butler (2018, p.92), quando o corpo se expressa politicamente, não é apenas através da linguagem vocal ou escrita, mas na própria persistência do corpo, na sua exposição que se faz precisamente por meio de uma performatividade específica. Tanto a ação quanto o gesto significam e falam como reivindicação, quando os corpos aparecem, agem e persistem. Nessa união pública dos corpos que se congregam, andam e falam juntos, reivindicando um certo lugar como espaço público, o caráter corpóreo desse questionamento opera tanto na contestação de sua condição, como tornando essa mesma condição em sua fonte estimulante. De maneira que, quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público, exercem um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto de condições econômicas, sociais e políticas (Butler, 2018, p.16).

O corpo é um lugar político que atua como mediador das relações sociais e culturais vivenciadas, estando não apenas ligado ao privado, ou ao ser individual, mas também integralmente ligado ao lugar, ao local e ao espaço público (Vargas, 2006). É justamente em seu caráter de quebra do cotidiano que o Carnaval possui potência para promover um momento de flexibilização das normas, experiência essa a qual os brincantes do Bloco da Laje associam com um certo sentimento de liberdade:

Chico me conta: A liberdade é algo da rua, não apenas do Bloco da Laje, mas do Carnaval também. Uma liberdade onde você tanto não precisa ser necessariamente quem você normalmente é, mas também não precisa esconder nada de ninguém. Acredito que o Bloco nesse sentido acaba cumprindo esse papel de acolher, de estar presente. O Bloco da Laje não é só as pessoas que tocam ele, mas é o coletivo de todas as pessoas quando estamos na rua. O indivíduo que vai todo fantasiado para brincar ou o que vai pela primeira vez, estando dividindo sua energia com outros, ambos já pertencem ao Bloco da Laje. Quando se tem uma coreografia, uma brincadeira que todo mundo faz e sente acolhido, onde não tem vergonha ou retaliação, se cria um espaço de liberdade para as pessoas e um espaço de respeito mútuo (MUELLER, 2023).

As normas de gênero são imagens, valores e recursos construídos na cultura e mantidos através de uma construção social na vida cotidiana. Já a performatividade é um conjunto de atos que têm referencialidade no campo normativo e que só existe compartilhada com o outro, onde não se trata de um indivíduo, mas sim de um sujeito social. Nesse contexto, a

performance de gênero não pode ser reduzida à ideia de uma performance livre individual, pois somos nomeados e categorizados muito antes de podermos agir criticamente e de podermos tentar mudar as categorias ao nosso entorno. As normas agem sobre nós e implicam que somos suscetíveis à sua ação. Mas nesse domínio de suscetibilidade, quebras e fissuras, manifestações divergentes também podem ocorrer, o que provoca uma espécie de flexibilidade nas normas de gênero ao interromper os processos mecânicos de repetição (Negrão, 2019. p. 28-30).

As normas de gênero nos precedem e atuam sobre nós de modo que somos obrigados a reproduzi-las de maneira involuntária. Elas nos produzem e informam nossos jeitos vividos de corporificação. Mas esses jeitos também podem se provar formas de contestar as normas, visto que não é possível haver a reprodução de normas de gênero sem a representação e performance corporal delas. Quando esse campo de normas se torce, abrem-se caminhos para formas de viver o gênero que desafiam os reconhecimentos predominantes (Butler, 2018, p. 36-38). Desse modo, podemos chamar de performativo tanto o exercício de gênero quanto a reivindicação política de igualdade corporificada e a habilidade de se mover coletivamente dentro dessa categoria social. A performatividade de gênero ressalta os efeitos poderosos do discurso e está ligada às diferentes maneiras nas quais os sujeitos se tornam elegíveis por reconhecimento, sobre quem pode ser lido e compreendido como um ser humano e quem vive ou tenta viver nos modos estabelecidos de inteligibilidade (Butler, 2014, p.253).

O que observamos no âmbito das disputas políticas a respeito de que identidades podem ser validadas e reconhecidas no campo de visibilidade e quais não, é um ataque à própria liberdade de existir e de ser dos sujeitos. De modo que o ataque ao gênero é um ataque à própria instituição da democracia (Butler, 2023). Nesse âmbito, o conceito de performance é importante na medida em que representamos quem somos, mas que essas performances de nossas vidas não são meras invenções e falsidades. Ao representar nossas vidas como um gênero específico, estamos estabelecendo esse gênero novamente na realidade. Estamos fazendo algo real acontecer, pois o ato performativo é uma ação que faz algo vir a ser e que tem consequências reais (Butler, 2023).

A VIOLÊNCIA DA CIDADE CIS-HETERONORMATIVA.

A teoria *queer* da performatividade nos fornece instrumentos teóricos para que possamos discutir a materialidade do poder, como esta cria o corpo e suas formas. O poder convoca os corpos a entrarem em um processo normativo de gênero, mas isso se dá a partir de um paradoxo: de um lado a convocatória compulsória da performatividade, do outro, as possibilidades emancipatórias dessa mesma performatividade. É importante notar que mesmo os atos cotidianos estão ligados a uma rede de legitimidade institucional do poder, onde a norma conecta o que parece estar separado: indivíduo e sociedade. Pois se há poder sendo operacionalizado pela norma, há também dispositivos de vigilância que nos sujeitam. Dispositivos esses que no âmbito de gênero constroem, agridem e invisibilizam os

indivíduos, sendo que essa violência atinge a todos, não apenas àqueles que são desviantes das normas de gênero e sexualidade (Negrão 2019, p.28-30).

Um dos grandes problemas que corroboram com essa violência é de que muitos indivíduos que se recusam a permitir que pessoas desviantes da norma se definam ao sentir que sua própria autodefinição se torna desestabilizada. A ideia de que podemos mudar a realidade e a transformá-la para ser mais aberta, inclusiva, livre e menos violenta cria uma instabilidade. Mas, quando vivemos em uma democracia, presume-se que vivemos de acordo com princípios de igualdade, liberdade e justiça. No entanto, estamos continuamente aprendendo o que é liberdade, o que é igualdade e o que pode ser justiça. Esses desafios pressupõem uma luta constante para reocupar essas noções de democracia, especialmente se quisermos repensar quem são as pessoas livres e o que significa viver em liberdade (Butler, 2023).

Pouco tempo depois do início do ensaio, a Guarda Municipal aparece, pausa tudo e fica atrás das árvores do Recanto Africano, conversando com os organizadores do Bloco. Isso apenas alguns dias depois de uma travesti frequentadora do Bloco ser brutalmente agredida e roubada na saída de uma festa. Por ocasião, o dia do cortejo foi coincidentemente no dia da visibilidade trans. Alguém no palco fazia um discurso acalorado sobre ser trans no país que mais mata transgêneros no mundo e sobre a responsabilidade das pessoas cis tomarem frente diante deste problema. Meu interlocutor P.G. abre comigo seus receios durante nossa entrevista: *Eu me lembro de sair umas duas ou três vezes montado de drag pro Carnaval. Eu colava três cílios postiços, me maquiava, botava um negócio, uma saia e ia pra rua. Eu morava ali bem perto, então a proximidade ajudava. Porque uma coisa é estar assim dentro de casa, outra é ir para um espaço público, onde isso não é algo socialmente aceito, até tu chegar nesse espaço que se criou ali onde está montada é uma coisa esperada, uma coisa aceita, são experiências completamente diferentes [...] Até eu chegar lá no Bloco de drag, todo maquiado, eu tenho que passar pelo meu porteiro, eu vá talvez até passar pelos caixas do supermercado, os funcionários que sempre me atendem no dia-a-dia* (Mueller, 2023).

O estigma é uma situação atribuída a um indivíduo a partir de algo vinculado à sua identidade que potencialmente o desqualifica e o impede de ser aceito de maneira plena pela sociedade. São sujeitos engajados numa espécie de negação da ordem social, que a partir das interações nas quais se engajam e no decurso de suas ações, podem assumir um comportamento desviante ou serem percebidos através de qualidades estigmatizantes que lhes são atribuídas (Ramos, 2015, p.174). Esses indivíduos muitas vezes acabam por separar-se da cidade “normal”, na perspectiva de criar vínculos com outros indivíduos em situações similares, de maneira que possam coletivamente moldar suas “desvantagens” em uma base de organização para a vida (Ramos, 2015, p.176), desde que estejam resignados a habitar as áreas consideradas imorais e perigosas das cidades.

Assim, a cidade se constitui palco para as violências contra as minorias sociais e para mitigação das subjetividades, onde a sustentação do discurso cis-heteronormativo apresenta como resultado imediato a invisibilidade de segmentos já pouco visíveis da sociedade. Aliada à negação de direitos básicos, às interdições e à discriminação, principalmente na sacralização dos espaços públicos por meio do discurso de “lugar de respeito”, tem-se uma cidade

interditada onde nem todos podem acessar (Júnior, 2017), confinando essas populações, que destituídas até mesmo de seus territórios estigmatizados, a existirem essencialmente na esfera do privado. A morte prematura de indivíduos LGBTQIAPN+, desumanizadas por perversos regimes de regulação, decorrem também de fatores como menor disponibilidade de recursos econômicos, culturais e legais para se existir em sociedade. São exclusões econômicas, laborais, formativas, sócio sanitárias, urbano-territoriais, relacionais e políticas que acarretam a marginalização e privação dessas populações, atuando ainda mais fortemente sobre corpos transgêneros e travestis, que experienciam o estigma do corpo ainda mais intensamente (Cavichioli, 2021).

As suas existências são atravessadas por espaços interditados e por territórios de pertencimento, locais de exclusão e de acolhida, em processos contraditórios e complementares. Sendo que a capacidade de interdição socioespacial proporciona o fortalecimento de seu território, já que este é um espaço que lhes possibilita, de alguma maneira, o reconhecimento social (Ornat, 2009). O território constituído e marcado pela presença de transgêneros e travestis é decorrência das exclusões vivenciadas sistematicamente por esses indivíduos, que acabam encontrando nesses territórios não apenas recursos para sobrevivência, mas um espaço para a expressão de seus afetos, identidades e desejos, que se encontram banidos de outros espaços da cidade (Cavichioli, 2021).

Minha interlocutora A.N fala: Eu adoro a rua, eu adoro andar, pra mim é a melhor coisa da vida. Então se eu posso fazer um trajeto a pé eu faço. É um espaço muito importante para mim num sentido de autoestima, de eu estar e ocupar e mostrar que eu existo. Mas eu tenho medo, tenho pesadelo constantemente sendo machucada ou alguma coisa assim. Mas, eu gosto de estar na rua me divertindo, apesar de todas as preocupações, pois ao mesmo tempo eu me sinto bem de estar lá, vestida do jeito que eu quero, dançando, bebendo, falando alto. Ninguém me tira daqui pois esse é um lugar que eu quero estar. Mas quando você é uma travesti, você aprende muito bem que a rua também é o lugar que deixam pra você ter. Eu tenho bastante medo, mesmo tendo muitos privilégios, eu reconheço isso. Eu moro num bairro ok, eu tenho dinheiro pra pegar um Uber para voltar de uma festa, eu nunca fui violentada, machucada, nunca me bateram na rua, por conta desses privilégios. Mas também não existe lugar completamente seguro, porque a gente pode ser atacado no mercado, na rua, em qualquer lugar, como já aconteceu comigo. Eu também não saio com determinadas roupas, ainda mais se eu estou sozinha. E pra ir caminhando sozinha para os lugares também, só se é um trajeto que eu já sei, como o trajeto do trabalho, eu fico mais confortável (MUELLER, 2023).

A transgeneridade e a travestilidade desafiam o binarismo hierárquico e a naturalização das sexualidades, contestam a pré-discursividade essencialista que molda os corpos segundo rígidas regras de inteligibilidade das masculinidades e feminilidades e rejeitam essas identidades, denunciando sua ficcionalidade. De maneira que ao demonstrar os limites discursivos da heteronormatividade, borram as fronteiras intermitentes entre corpos. Por conta disso, sistematicamente esses sujeitos têm o seu direito de existir e ocupar a cidade negado e seus últimos espaços para a sobrevivência dentro das centralidades urbanas

retirados, de modo que sua circulação, ainda que intensa, se faz pelas margens, e é nesse território de abjeção que se articulam suas redes (Cavichioli, 2021).

A hostilidade se torna uma estratégia de reprodução de cidade, à luz da produção imobiliária e de políticas invisibilizadoras, na forma da cidade cis-heteronormativa de proteger sua forma ideológica (Júnior, 2017). Nesse sentido, o conceito de “armário”, cunhado por Sedgwick (2008), pode ser entendido como um imaginário construído coletiva e individualmente, visando o apagamento das subjetividades e alteridades. Por meio do discurso, a figura do armário é colocada como um ambiente necessário à preservação da privacidade das pessoas consideradas desviantes da norma sexual: o que não é norma deve ser ocultado, uma vez que representa risco à ordem sexual vigente. Enxergar os armários sociais erguidos na cidade significa ver nessas tessituras as raízes e as consequências da exclusão e da cidadania incompleta de indivíduos LGBTQIAPN+. Sendo que a democratização dos espaços urbanos perpassa a possibilidade de as pessoas poderem vivenciar a cidade com a devida liberdade de expressão para serem quem são sem armários que as limitem (Júnior, 2017).

Quando um indivíduo que questiona as regras de gênero ocupa, caminha e vivencia um espaço público, está dizendo que esse é um espaço público onde pessoas com várias formas de existir, não importa o gênero que lhes seja atribuído, estão livres para se mover sem hostilidade e sem violência. Trata-se de uma performance corpórea pelo seu direito de existir. E se a política é um espaço das aparências, no sentido de mostrar, aparecer e que o próprio espaço do político é criado através desse aparecimento, o que vemos quando os corpos se reúnem nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício performado do direito de aparecer, de ser visto e de poder ver (Butler, 2018, p.23).

CARNAVAL: UMA FANTASIA POSSÍVEL DE DIREITO À CIDADE.

Deste modo, é possível fazermos uma leitura do direito à cidade que evoque a valorização de uma cidade sensível, onde o território compartilhado da rua, construído pela experiência coletiva é potencializado pela plasticidade entre o corpo e o urbano. Ao olharmos para a rua como um campo que se abre para a possibilidade de nos engajarmos, por meio da imaginação e da ludicidade, em novas e diferentes experiências de cidade, é possível abordarmos problemáticas contemporâneas urbanas através de suas subjetividades sensíveis e compreendendo a cidade enquanto obra perpassada por noções e experiências coletivas do urbano.

Devemos ter em mente que o Direito à Cidade em Lefebvre (1969) está fundado no projeto possível/impossível de produzir outro espaço humano como uma obra coletiva, como suporte de uma vida cotidiana aberta a múltiplas possibilidades. Logo, para irmos adiante na teoria do planejamento, é imperativo resgatar o humano, a sociabilidade da vida cotidiana. Para isso é vital identificar práticas espaciais que permitam a mudança, que possibilitem diminuir as

desigualdades e subverter os usos da cidade. Práticas espaciais que ao subverter a ordem presente, secretam lentamente um espaço diferenciado e que tenham presente em si o direito à cidade como uma possibilidade do impossível (Limonad, Monteiro, Mansilla, 2021, pg. 40).

Neste sentido, o Carnaval de rua expressa fundamentalmente o desejo pelo direito à cidade, síntese de um conjunto de direitos a ele implicados: o direito à liberdade, à individualidade e ao habitar. Nesse contexto, podemos pensar a questão do direito à cidade perpassando a ideia de performance dos corpos políticos, na medida em que permite que existam condições de aparecimento dos indivíduos para que tomem parte do campo de disputa política, produzindo um acontecimento capaz de criar fissuras no status normativo da cidade e produzindo um outro argumento da experiência urbana. Argumentos estes estruturam outras versões de cidades, capazes de fazer frente ao discurso dominante, interrompendo o regime de autorização discursiva, incorporando e denunciando nos debates urbanos as práticas constituidoras dos apagamentos e invisibilidades.

Para Simas (2019), temos cada vez mais a necessidade de ousar contra a tendência de normatização, unificação e planificação dos modos de ser no mundo. Precisamos superar a exclusão e, ao mesmo tempo, a ideia da missão civilizadora que insiste em padrões engessados de representatividade, consumo e educação. “De um lado, é a morte física. Do outro, a morte simbólica da inclusão normativa, domesticada e impotente” (Simas, 2019, p.19). Para o autor, nada está mais distante de um espaço diferencial, propício para uma “imaginação percussiva”, que a vida que levamos no contexto urbano, marcado pelo projeto moderno de cidade. Estamos desencantados do mundo, educados em uma lógica normativa que nos faz incapazes de atentarmos para culturas que subvertem ritmos, rompem constâncias, encontram soluções e criam outras maneiras de ser e estar. É preciso acreditar que o poder transformador da rua está na alteridade da fala.

Era meu primeiro cortejo. Lembro nitidamente de pessoas em cima de paradas de ônibus, árvores e qualquer coisa que pudesse ser escalada. Corpos jovens seminus, sem pudor, apenas decorações e banhados em suor, enquanto misturados aos corpos maltrapilhos de moradores de rua, provavelmente intoxicados pela mesma marca de bebida alcoólica. Lembro de ficar maravilhada com o esmero das produções e fantasias. Vestimentas extremamente criativas e elaboradas, vibrantes e brilhantes da cabeça aos pés, num calor de quarenta graus, o que tratava de dar um caráter extremamente efêmero à integridade destas produções, que iam se autodestruindo conforme a massa seguia amontoada atrás do Bloco. Lembro também de muita gente se beijando, se comendo, como se existisse algum contrato social, travado ali na mais breve troca de olhar, num sorrisinho de canto, numa coisa de dois segundos, que eu e você, dois — às vezes três ou mais — desconhecidos, podemos conhecer uns aos outros tão intimamente por apenas um instante (Mueller, 2023).

Enquanto projeto de fantasia a ser realizado, o Carnaval é o triunfo da imaginação sobre o cotidiano, em que o pobre se torna rico, mediante ao uso de fantasias luxuosas e aristocráticas, e quando masculino e feminino se confundem, a partir do travestismo e da paródia de gêneros. As travestis pontuam o auge da inversão como valor generalizado

durante a folia. Nenhuma outra forma simbólica domina tão completamente o Carnaval quanto o travestismo, de modo que, ao longo do tempo, as travestis tornaram-se personagens centrais nas festas carnavalescas. Não é exagero dizer que Carnaval e desvio correm juntos, algo a ser sentido e percebido em qualquer modo de como ele ocorra no Brasil (Trevisan, 2018, p.341).

A travesti vai ainda mais além, revelando as instâncias em que o feminino é uma categoria passível de ser comprada e criada. A construção de gênero, mas especialmente o ideal feminino, é uma fantasia constantemente à venda. A construção de feminino e masculino são feitas a partir de ideais que se alteram com o tempo, as culturas, etnias e raças, entre gerações e entre classes sociais distintas. Não é à toa que a concepção do que é feminino e masculino, assim como o que é belo, é tão diferente da periferia para o condomínio de luxo, como nos fala Bourdieu (2001) a respeito das partilhas de gosto e da disposição estética. O ideal de feminilidade, assim como masculinidade são performances; e estando estes sob uma lógica capitalista, podem ser vendidos, comprados e negociados.

Segundo Rancière (2005), as definições da arte e do gosto, do que é erudito ou popular, feio ou belo, bom ou ruim, são categorias atribuídas pelo exercício da política. Ocorre que, no interior da política, existe sempre um dano que é duplo, que se apresenta no conflito da relação entre quem pode ou não falar (Rancière, 2005). Nesse sentido, as travestis denunciam esse duplo dano, tanto pela separação que impede sua participação na sociedade, assim como sua performance que denuncia a visibilidade às quais reivindicam. Pois é nos modos de visibilidade, do que é dito, do que se oculta e do que é revelado, que a política se ocupa (Rancière, 2005).

Dentro do âmbito da fantasia, talvez seja este um dos principais aspectos com que os brincantes do Bloco da Laje se associam ao Carnaval, onde a instauração de uma coletividade se dá partir do uso da fantasia. É possível dizer que a partir da estética, o Carnaval demarca também seu território efêmero durante o acontecimento. Demarcação essa que sugere a possibilidade de existir e de agir em público de outros modos que não os habituais. Pensar o Carnaval, nesse sentido, assume um mergulho coletivo em uma espécie de teatralização da vida, em uma experiência a par do cotidiano, onde a construção estética atua como um processo também de construção identitária dos indivíduos.

Durante as semanas que antecederam o carnaval, era notável como o centro histórico se transbordava e apelava pelo consumo da fantasia, principalmente nas ruas das lojas de aviamento, tecidos e fantasias, que fazem desde período do ano grande parte da sua entrada de lucro. Das conversas que travei durante aqueles dias, a maioria foi pautada em algum momento pelo preparo de figurinos e seus acessórios, e principalmente, da intenção sensível que se busca através do ato de montar-se. No dia do cortejo do Bloco, de praxe, a maioria dos indivíduos havia optado por vestes mínimas, sendo que muitas mulheres que utilizam o Carnaval como uma oportunidade de exercer o *topless*, e cuja fantasia é apenas os seios decorados com purpurina. No entanto, também era possível encontrar os mais diversos personagens e fantasias, que ousavam brincar e fazer piada com o momento da festa. Pude encontrar vários destes indivíduos, um destes que me chamou a atenção foi um casal de *gays*

vestidos de “ursos da *Ursal*” que era nada mais, nada mesmo que trajes de BDSM com adereços comunistas e aquelas tiaras de orelhinhas de ursinho, (Mueller, 2023).

Segundo Trevisan (2018), no Carnaval, os instintos não pedem licença para passar; dança-se, canta-se, trepa-se, briga-se e rouba-se em um único movimento voraz, abrindo o caminho no coração da miséria humana. E é nesse universo lúdico, em constante ebulição e transformação que se encontra um grande caldeirão de experimentações e dissidências. Para o corpo desviante, cindido entre a violência do cotidiano, o exagero e a afetividade, a máscara e o armário, a alegria e a melancolia; a sua existência é a de uma eterna performance (Lopes, 2002, p. 71). E nessa existência, o papel da estética, possui uma dimensão política, pois é nos corpos, gestos e desejos que se encarna a política. Há uma luminescência desses corpos, que evocavam uma alegria inocente e poderosa, de um desejo de vida, de arte e de invenção (Pelbart, 2019).

Se o Carnaval europeu era a festa que prenunciava a primavera, em solo brasileiro, essa desviou-se de sua origem para tornar-se a festa profana antes do outono. Foi assim que a celebração da fertilidade, em seu sentido mais originário na antiguidade, se tornou nas terras de Pindorama uma espécie de *clímax* que coroa nossos longos e quentes verões. Um Carnaval que não celebra mais a fertilidade, mas celebra o mero e simples prazer; uma fantasia de fertilidade. Trevisan (2018, p.341) nos chama a atenção para o fato de que a raiz de nosso tão caro jeitinho brasileiro talvez esteja aí: onde tudo é brincadeira e as bordas da moralidade social são tênues. Brinca-se o Carnaval, rompendo os limites entre brincadeiras inocentes de criança e jogos sexuais dos adultos. E é nessa mistura de brincadeira infantil e adulta, que vamos construindo um outro entendimento da experiência humana, no qual o gozo e o prazer tornam-se o foco da atenção.

O Carnaval é uma dança que precede a morte, a última alegria que prenuncia o fim do verão. Misturaram-se a morte e a festa até o ponto de não ser mais possível distinguir uma da outra (Trevisan, 2018, p.342). Pois é o Carnaval, uma espécie de fim do mundo, uma experimentação que passa pelo lugar do fantasioso. Essencialmente, é a festa da suspensão do que está como norma e regra, sendo essa suspensão uma premissa para que outras coisas, outras possibilidades possam ser colocadas e experimentadas e onde é possível confundirmos as diferenciações e limites de gênero, sexualidade e performance, brincadeira e fantasia.

CONCLUSÃO

Este texto tratou de apresentar as reflexões elaboradas em uma dissertação de mestrado, com a proposta de pensar as categorias de gênero e sexualidade a partir as dinâmicas urbanas contemporâneas, tomando por base a experiência do carnaval de rua do coletivo artístico Bloco da Laje como uma prática coletiva de subversão de certos paradigmas da cidade. De

maneira que é possível dizer que tais práticas de exploração criativa dos corpos, sexos e gêneros, tomam ainda mais potência quando praticadas em meio ao espaço público, ampliando a compreensão dos processos de subjetivação na cidade.

Refletiu-se sobre essas manifestações artísticas, estéticas e políticas, dentro de uma narrativa *queer* e seu diálogo com o carnaval de rua a partir da expressão do corpo em meio ao campo político através do conceito de performance. Discutiu-se a performance enquanto um aspecto indissociável da ação política, sendo o modo como o corpo se expressa e traz demandas ao campo político, assim como também o meio pelo qual ocorre a expressão artística, que por sua vez atua como ferramenta de afirmação e contestação política. Especialmente no âmbito da política de identidades de gênero e sexualidade dissidentes, que quando exercidas e performadas causam efeitos no campo altamente regulado do espaço social, discutiu-se aspectos de como o estigma e a violência são associados a estes corpos e impactam na sua territorialidade.

Observou-se como o Carnaval, apesar de suas nuances e ambiguidades em relação aos embates políticos e sociais que se dão em seu contexto, se abre como uma oportunidade para que práticas de exploração criativa dos corpos, sexos e gêneros, se tornem ainda mais potentes quando praticadas em meio ao espaço público, ampliando a compreensão dos processos de subjetivação na cidade e tornando-se um ato político para além do estético.

A experiência sensível é em si um elemento constituidor do carnaval de rua, sendo justamente através da expressão do corpo e exploração das identidades que podemos observar impactos na vivência do espaço urbano. Sendo o Carnaval uma manifestação popular tradicional da cultura brasileira, que possui dinâmicas únicas e particulares, como a da criação de um espaço de desvio, de transformação do território urbano para o espaço da euforia e do desregramento. Dessa maneira, tratamos de olhar para festa de Carnaval compreendendo sua relevância na produção social e espacial da cidade.

Por fim, este texto pretendeu estimular uma reflexão sobre a presença e a ação de sujeitos LGBTQIAPN+ na cidade, a partir de suas performatividades corporais. Abordamos a política de aparecimento desses corpos dissidentes no espaço público enquanto constituidora de modos não normatizados de ser e de existir na cidade e no espaço democrático, e de como esses sujeitos acabam produzindo territorialidades coletivas que valorizam a experiência corporal da cidade como atividade criadora e exploratória de novas maneiras de existir de outros saberes urbanos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. 7 ed. Petrópolis. Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**. 1 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 22 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Berkeley professor explains gender theory**. Video, Big Think, 2023. Disponível em: < <https://youtu.be/UD9IOIUR4k?si=yKEXpyrA3FCSI8j6>>

CAVICHIOLO, Anderson. Transgeneridade e direito à cidade: a exclusão territorial como estratégia transnecropolítica. Capítulo em: **Recortes de uma Cidade por Vir - Polis 53**. Edição e organização Cássia Caneco [et al.] São Paulo - Instituto Pólis, 2020. Disponível em: Acessado em: 30/08/2023.

COELHO, Leticia Castilhos. **Andanças e Enredos: errar, escriturar-cartografar, corporear como modo de compor zona(s) portuária(s) do Rio de Janeiro**. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.

CONCEIÇÃO, Thiago Pirajira. **FORJAS PEDAGÓGICAS: rupturas e reinvenções nas corporeidades negras em um bloco de Carnaval**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2019.

CONCEIÇÃO, Thiago Pirajira; ICLE, Gilberto; ALCÂNTARA, Celina Nunes de. "Forjas Pedagógicas no Bloco da Laje: Resistência, Performance e Brincadeira". **Revista da Fundarte**, Montenegro, p.188-207, 2019.

DAMATTA, Roberto. **Carnaval, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro**. 6 ed. Rio de Janeiro. Rocco, 1997.

JORNAL DO COMÉRCIO, 2020. **Bloco da Laje reúne 20 mil pessoas no carnaval de rua de Porto Alegre**. Disponível em: < https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cultura/2020/01/722528-bloco-da-laje-reune-20-mil-pessoas-no-cortejo-da-liberdade.html>

JÚNIOR, Gilson Santiago Macedo. Direito à Cidade: Vivências e Olhares de Identidade de Gênero e Diversidade Afetiva e Sexual - Cap. **Por uma Cartografia da Cidade Armário**. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. ISBN 978-85-68957-07-3. São Paulo, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LOPES, Denilson. **O homem que amava rapazes e outros ensaios** - O Terceiro Manifesto Camp. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

MACALÃO, Chico. Entrevista em: **Corpo, Carnaval e Rua: A Performance queer no Bloco da Laje e o Direito à Cidade**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2023.

MUELLER, Andressa. **Corpo, Carnaval e Rua: A Performance queer no Bloco da Laje e o Direito à Cidade**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2023.

NEGRÃO, Adriana Galuppo. **Cidade queer: uma autobiografia plural**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, 2019.

ORNAT, Marcio Jose. Espacialidades travestis e a instituição do território paradoxal Capítulo em: **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades** - Organização: Joseli Maria Silva. Editora TODAPALAVRA, Ponta Grossa, 2009.

PELBART, Peter Pál. **Ensaio do Assombro**. 1 ed. São Paulo, 2019.

RAMOS, Diana Helene. **PRETA, POBRE E PUTA: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga**. Tese - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: Estética e Política**. 1 ed. Editora 34. São Paulo, 2005.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the Closet**. University of California Press; First edition, 2008.

SIMAS, Luiz Antonio. **O Corpo Encantado das Ruas**. 9 ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2019.

TAYLOR, Diana. **Hacia una definición de Performance**. O Percevejo. Revista de Teatro, Crítica e Estética. ano 11, n. 12. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2003.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso (4ª edição revisada e ampliada)** - A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Editora Objetiva, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2018.

VARGAS, Virginia. Las miradas y estrategias políticas feministas en el nuevo milenio: una perspectiva desde América Latina - **OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 20**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Argentina, 2006.